

**A ATUALIDADE DE LUIZ GAMA E DE SUAS LUTAS: A COMPREENSÃO DA REALIDADE SÓCIO-ÉTNICO-RACIAL NAS AMÉRICAS POR MEIO DA RECONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA E DA CULTURA DE PERSONAGENS AFRO-BRASILEIROS/AS**

**Jenete Vilela SOUZA**

**Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES**

**E-mail: jenete@fimes.edu.br**

**Ariovaldo Rezende FELIZARDO**

**Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES**

**E-mail: ari\_rezende79@hotmail.com**

**Sérgio Luiz de SOUZA**

**Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES)**

**E-mail: srgioluz@fimes.edu.br**

**Resumo:** Pretendemos, neste artigo, apresentar a importância de pesquisas voltadas ao estudo de personagens e realidades históricas desqualificadas e/ou marginalizadas pelos discursos predominantes nos espaços educativos e outros meios de produção de referências de nossas identidades e concepções de mundo. Percebemos as limitações dos conteúdos dos materiais didáticos e demais meios utilizados nos processos educacionais brasileiros, na medida em que estes meios traduzem discursos enviesados pela desqualificação e tentativa de soterramento da memória e das histórias das populações de origem africana. Com revisão bibliográfica e a interpretação de materiais didáticos e periódicos, objetivamos compreender as limitações das representações e concepções de mundo presentes nestas fontes. Paralelamente, objetivamos constituir propostas de atuação de educadores, legisladores e outros agentes sociais para a superação do imaginário eivado de estereótipos e estigmas com convenções sociais produtoras de exclusão, particularmente para populações afrodescendentes. Buscamos perceber as possibilidades de definições de belo, bom e verdadeiro, a partir de outras concepções, neste caso, as produções referentes à história de Luiz Gama, um dos muitos heróis negros que o discurso hegemônico tentou silenciar e desqualificar. Vislumbramos, portanto, as possibilidades de superação da desigualdade sócio-étnico-racial por meio da reconstrução e valorização da história e da cultura de afro-brasileiros/as.

**Palavras-chave:** Luiz Gama; história; afro-brasileiros; memória; educadores.

### **1- A importância da memória na reconstrução da história**

Na sociedade brasileira, uma das facetas da lógica racista se expressa pelo processo que o Estado nacional e diferentes órgãos e instituições públicas e privadas puseram em prática para desqualificar as populações negras. Essa desqualificação passa pela negação de valor à história e à cultura dos afro-brasileiros e de seus principais antepassados, os povos africanos.

Este suporte ideológico foi a base da construção de um processo de invisibilidade do negro na sociedade brasileira, a produção de “um certo olhar que nega sua existência”, dispositivo de negação do outro, expressando-se como uma forma de barrar e permear as

relações individuais, coletivas e institucionais, produtor e reproduzidor do racismo velado, característico das relações étnico-raciais em nosso país (LOPES, 2002, p. 109). O racismo que constitui uma dinâmica social fundada na conversão de tradições racistas em normas sociais, estruturando assim, uma divisão de papéis sociais direcionada pela inferiorização e o impedimento à participação equânime dos descendentes de africanos aos bens sociais, econômicos e políticos. Lógica esta produtora de miséria e inferiorização social condições tão criticadas por Luiz Gama durante o sistema escravista, no século XIX e estampadas em seus poemas, como nos versos a seguir, provenientes do poema *No Cemitério São Benedito*:

(...) Em lúgubre recinto escuro e frio,/ Onde reina o silêncio aos mortos  
 dado,/ Entre quatro paredes descoradas,/ Que o caprichoso luxo não adorna,/  
 Jaz de terra coberto humano corpo,/ Que escravo sucumbiu, livre nascendo!/  
 Das hórridas cadeias desprendido,/ Que só forjam sacrílegos tiranos,/ Dorme  
 o sono feliz da eternidade (...) (GAMA, 1859).

A expressão destes processos de invisibilização das populações negras na sociedade brasileira pode ser percebida tanto na organização dos espaços urbanos e arquitetônicos quanto na ausência de referências na história e na memória oficializada nos currículos escolares, em todos os níveis. No currículo educacional de nosso país, (mesmo com exceções crescentes na última década) o que se ressalta é um silêncio e/ou um enorme número de estigmas nos conteúdos veiculados em relação aos afro-brasileiros. Existe uma omissão e estigmatização com relação à memória e à história deste grupo social. Omissão que causa desamparo, opressão e inferioridade social que, embora sob outros parâmetros, Luiz Gama expunha criticamente. Postura que podemos ver em seus versos. Como nestes colocados a seguir, nos quais, por meio de uma alegoria a morte, o poeta aponta a um só tempo, o abandono dos afro-brasileiros e a limitação da condição humana:

(...) Aqui não se ergue altar ou trono d'ouro / Ao torpe mercador de carne  
 humana/. Aqui se curva o filho respeitoso Ante a lousa materna, e o pranto  
 em fio/ Cai-lhe dos olhos revelando mudo/ A história do passado. Aqui nas  
 sombras/ Da funda escuridão do horror eterno,/ Dos braços de uma cruz  
 pende o mistério,/ Faz-se o cetro bordão, andrajo a túnica,/ Mendigo o rei, o  
 potentado escravo! (...) (GAMA, 1859)

Neste sentido, além da reconstrução de parte da memória dos afro-brasileiros por meio do estudo da trajetória de Luiz Gama, procuramos atentar à necessidade de voltarmos nossos olhares, de maneira crítica, para a situação das relações étnico-raciais no Brasil e dos efeitos do racismo, como a miserabilidade e a violência crescente contra os negros.

Dentro deste contexto, como entendemos a relevância dos estudos relativos à identidade e à memória para o nosso protagonista Luiz Gama e outros personagens afro-brasileiros nessa pesquisa?

Sob esta perspectiva, trazemos os escritos de Luiz Gama e fazemos considerações para apresentar parte de sua trajetória como exemplo de quão rico é o patrimônio afro-brasileiro e quanto podemos crescer em capacidade de entendimento de nossas identidades e da promissora diversidade de povos e culturas vindos da África e que dão um enorme lastro civilizatório para a sociedade brasileira. A partir deste viés, trazemos mais uma das reflexões, acerca do século XIX, feitas poesia do doutor Luiz Gama:

Amo o pobre, deixo o rico,/ Vivo como o Tico-tico;/ Não me envolvo em  
 torvelinho,/ Vivo só no meu cantinho:/ Da grandeza sempre longe/ Como  
 vive o pobre monge./ Tenho mui poucos amigos,/ Porém bons, que são  
 antigos,/ Fujo sempre à hipocrisia,/ À sandice, à fidalguia;/ Das manadas de

Barões?! Anjo Bento, antes trovões./ Faço versos, não sou vate,/Digo muito disparate./ Mas só rendo obediência/ À virtude, à inteligência (GAMA, 1859).

Assim como Luiz Gama, podemos optar por nos afastar das memórias oficiais com um olhar crítico, parafraseando seus dizeres, temos recursos para superar os conteúdos eivados de representações e valores racistas que “as manadas de Barões” das elites brasileiras procuram impor sobre nós com o intuito de embaçar nossa percepção da vida e empobrecer nosso imaginário social. Uma tentativa desenvolvida cotidianamente, nos diferentes espaços sociais, inclusive no cotidiano escolar. Temos condições de “render obediência” apenas “à virtude e à inteligência” para nos tornarmos mais conscientes de nosso papel enquanto cidadãos com capacidade e responsabilidade para compreendermos e superarmos as atuais condições das relações étnico-raciais em que vivemos. O reverso desta postura, configurado pela busca de se adequar aos discursos e normas hegemônicas.

Em outro patamar, encontra-se a história oral que, ao privilegiar a análise dos grupos excluídos, dos marginalizados e das minorias, revela a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se a “memória oficial” dos grupos hegemônicos (POLLAK, 1989, p. 3-4).

Esta reconstrução das trajetórias dos vários atores sociais, inclusive daqueles que foram tornados invisíveis pela memória e pela história tradicionais traz em si um duplo caráter: da resistência às tentativas dos grupos hegemônicos de destruição das organizações étnicas ou simbólicas, os chamados semiocídios, lembrados por Sodré (1988), em “A Verdade Seduzida”. Mas, sobretudo, se expressa como uma possibilidade de afirmação identitária dos “de baixo”, a partir do “trabalho” e da “rebeldia da memória”, aspectos evocados por Bosi (1994), em um dos seus “diálogos” com a obra de Maurice Halbwachs “Memória Coletiva”, no trecho a seguir:

Podem arrasar as casas, mudar o curso das ruas, as pedras mudam, mas como destruir os vínculos com que os homens se ligavam a elas? Podem suprimir sua direção, sua forma, seus aspectos, essas moradias, ruas e passagens’. As pedras e os materiais não vos resistirão, diz HALBWACHS, mas os grupos resistirão, e, neles, e contra a resistência mesma, senão das pedras, ao menos de seus arranjos antigos que vos bateréis. À resistência muda das coisas, à teimosia das pedras une-se a rebeldia da memória que as repõe em seu lugar (BOSI, 1994, p.452).

Esta “afirmação identitária dos de baixo” insere-se no processo de superação dos conteúdos racistas e de suas consequências sociais. A reconstrução da história marcada pela “rebeldia da memória” ocorre sob outras temporalidades, outras formas de atuação desenvolvidas por parte dos grupos negros e outros setores segregados que subvertem esta lógica formal aparente da sociedade brasileira (SODRÉ, 1983, 1988).

O trabalho com relatos orais também suscita uma possibilidade de reconstrução dos canais de expressão da memória das populações negras, contribuindo para superar a violência das ações dos grupos hegemônicos, que se expressam no ato de lembrar de suas vivências, de suas experiências pretéritas. Lembranças consideradas proibidas, vergonhosas, indizíveis, muitas vezes mantidas zelosamente em estruturas de comunicação mais restritas ao grupo familiar, associações e redes de sociabilidade afetivas e/ou políticas, passando despercebidas pela sociedade englobante, saberes e discursos que nos dizeres de Michael Pollak:

...existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e não ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e

estão em perpétuo deslocamento. Esta tipologia de discursos, de silêncios e também de alusões e metáforas é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz ou ao menos, de se expor a mal entendidos (POLLAK, 1989, p.8)

Faz-se necessário pensar na multiplicidade das tradições culturais e das experiências, componentes da realidade social sem caracterizá-las com estigmas como “ingenuidade” e “espontaneidade”, compreendendo que diferentes formas de organização social têm, por consequência, o desenvolvimento de formas específicas de vida e de registros diferenciados. Este posicionamento nos parece mais adequado, na medida em que abre possibilidades para se questionarem quais são os critérios e as fontes mais abrangentes para tentar dar conta da multiplicidade de vivências e lutas, relativas às demandas dos mais variados segmentos sociais nas batalhas simbólicas pelo estabelecimento da memória e de novos espaços de historicidade (BRITES DA SILVA, 1992, p.17).

Pensar as formas de opressão à memória em uma sociedade capitalista nos remete aos bloqueios colocados aos “caminhos da lembrança”, em uma sociedade que destrói os suportes materiais da memória e que se recusa ao diálogo e à reciprocidade com as diferentes formas de socialização dos grupos que não se enquadram nos limites produtivistas requeridos pelo capital. Nesta direção se conduzem as críticas de Célia Azevedo a respeito do caminho metodológico de estudos que, aderindo às ilusões do “verdadeiro” em história, terminam por reconstituir de maneira acrítica as narrativas consagradas pelo processo ideológico hegemônico, uma vez que pautados metodologicamente:

... às ilusões do “verdadeiro” em história apontadas por François Furet e que se forma a partir da adesão racional quando da reconstituição a posteriori de uma história que se pretende necessária,[acabam] não reconhecendo outra possibilidade a não ser aquilo que [supostamente] aconteceu. Movido por esta ilusão, o pesquisador acaba confinado aos limites temáticos e cronológicos traçados pela memória produzida pelos sujeitos sociais que dominaram politicamente uma dada época (AZEVEDO, 1987, p.25-26).

Nesta lógica, avenidas, monumentos, praças, museus e uma infinidade de outros espaços presentes na sociedade brasileira configuram-se como exemplos do que Pierre Nora conceituou como “lugares de memória”, lugares erigidos para concentrar o discurso hegemônico de forma absoluta, abolindo as diferenças e sem a necessidade de estabelecer referências na realidade, pois:

...são eles mesmos seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou histórica; ao contrário. O que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. *Templum*: recorte no indeterminado do profano - espaço ou tempo, espaço e tempo - de um círculo no interior do qual tudo simboliza, tudo significa. Neste sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1993, p.27).

Nesse sentido, estes ‘lugares’ ostentam e celebram a memória dos grupos hegemônicos. Estabelecem uma narrativa histórica única, como espelhos a refletir a onipresença dos valores daqueles, em meio a um processo em que a supressão da pluralidade dos tempos e espaços que representam suportes fundamentais para o estabelecimento das culturas dos segmentos sociais economicamente subalternizados. Com esta supressão da

pluralidade se complementa com o soterramento de suas memórias, estabelecendo uma territorialização excludente dos espaços urbanos, transformando o viver para estas populações em estranhamento e heteronomia.

Entretanto, qual a postura metodológica mais adequada para se pensar como se estruturam as formas de convivência e as culturas das populações negras no Brasil frente a esta realidade sociocultural, geradora de heteronomia e desterritorialização?

Ao tratar as relações entre os conquistadores e os povos conquistados no Peru, Jacques Le Goff observa que a desestruturação dos referenciais culturais das populações indígenas naquele país, durante o sistema colonial, resultou em um “traumatismo coletivo” sentido como desestruturação cultural e perda de identidade. Todavia, estas populações reagiram à desestruturação de suas culturas inventando uma “práxis reestruturante”, que o autor representa como “a Dança da Conquista”, “uma reestruturação dançada, em termos imaginários”, organizada pelos ‘vencidos’ formando uma tradição, uma história lenta, como meio de recusa à história rápida dos ‘vencedores’ (LE GOFF, 1996, p.69-70).

De forma análoga a Le Goff, podemos afirmar que, a exemplo dos povos indígenas do Peru, os segmentos negros da população brasileira também desenvolveram práxis reestruturantes, tornando possível tanto a reinvenção de suas identidades e formas socioculturais quanto a superação dos traumatismos políticos e culturais, subvertendo a memória e o tempo monolítico das elites e reinventando lugares próprios de memória.

Em suas buscas sócio-temporais do espaço necessário à coesão grupal e à afirmação existencial, o contingente populacional negro desenvolveu várias formas culturais ao longo da história de nosso país; seja africanizando o catolicismo, criando a capoeira, organizando agremiações carnavalescas, ou tocando os atabaques nos terreiros de candomblé. O negro sempre criou linguagens sociais de ocupação espacial que lhe propiciaram o direito à existência própria, fortalecendo-se, unindo-se, intercambiando e prosseguindo na luta (LUZ, 2000, p.464-465).

Nesta dinâmica, as populações negras criaram espaços, que tanto marcaram profundamente a formação social brasileira, como se tornaram suportes materiais fundamentais para a organização dos grupos e dos lastros comunitários que constituíram a substância social dos lugares das memórias dos descendentes de africanos deste país.

## **2 - Personagens negros e identidade: a vida e as lutas de Luiz Gama**

Desde o século XIX, mas, sobretudo a partir do início do século XX na República, a face mais visível do processo de branqueamento desenvolvido pelos grupos hegemônicos nacionais foi implementação de leis e ações das mais diversas instituições para perseguir e cercear as manifestações culturais e as formas de vida das populações negras no Brasil.

Esta empreitada contra os negros foi marcada também por uma busca de supressão e inferiorização do patrimônio histórico-cultural afrodescendente. Neste sentido, a preocupação que nos move neste estudo cujo intuito central é refletir sobre a trajetória sociocultural do advogado, poeta e abolicionista negro Luiz Gama, nos remete a um quadro mais amplo em que se encontram as relações de poder e a diversidade cultural na Brasil. Neste quadro, toma relevo em nosso estudo, o patrimônio histórico – cultural afro-brasileiro e a configuração das relações sócio-étnico-raciais vivenciadas na sociedade brasileira contemporânea.

Em linhas gerais, temos dados que nos permitem um olhar para este quadro. O trabalho escravo, situação combatida por Luiz Gama no século XIX, continua presente com cerca de 39.000 trabalhadores resgatados pelo Ministério do Trabalho entre 1995 e 2010 em

diversas regiões no Brasil, com uma proporção de 80% de negros<sup>1</sup> e, com 25.000 pessoas ainda vivendo nestas condições em 2012, segundo a Organização Internacional do Trabalho(OIT). Também temos os dados da Secretaria da promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal<sup>2</sup> que nos coloca a par de que a violência contra os afrodescendentes é crescente, com números que geram uma proporção 139% maior de negros assassinados do que outros grupos étnico-raciais em nosso país.

Por outro lado, temos a promoção do ingresso de populações pobres e negras no ensino superior realizado por iniciativas do governo federal e dos poderes legislativo e judiciário nacional. Ainda nesta mesma direção, podemos apontar a efetivação da lei 10639/2003 que inclui a história e a cultura dos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares, fator este que tende a fortalecer a construção de identidades positivas para as populações negras no país e a superação da invisibilidade social.

Diante deste cenário geral, nossa percepção é permeada pelas possibilidades e responsabilidades presentes para a sociedade brasileira quanto à luta antirracista e o fortalecimento de relações sócio-étnico-raciais saudáveis. A partir desta consideração é que situamos nossa reflexão acerca de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, nascido livre em 1830, filho de um fidalgo branco e de uma mulher africana, Luiza Mahin. Sua mãe foi revolucionária que atuou na Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia, em 1835, Luiza Mahin também agiu na Sabinada em 1837, ambas revoltas conduzidas por populações negras contra a ordem escravista. Devido ao envolvimento nestas lutas contra a ordem escravista, Luiza Mahin precisou fugir para o Rio de Janeiro deixando o filho com o pai.

Luiz Gama, além de perder o convívio com a mãe, também foi cerceado da própria liberdade, pois aos dez anos de idade, seu pai o entregou como escravizado para pagamento de uma dívida de jogo. Vendido como cativo, Luiz Gama foi analfabeto até os dezessete anos e, após uma saga de viagens forçadas, amizades e fugas tornou-se advogado autodidata. A trajetória deste personagem da história brasileira foi marcada por estas perdas e vitórias que já expõem um rico enredo, mas também, por ele ter consagrado sua carreira à causa abolicionista com a libertação de mais de cinco centenas de seres humanos do cativeiro, feito sem precedentes na história mundial (COMPARATO, 2009, p.7).

As atividades revolucionárias de Gama nos permitem interpretar a influência do modelo de mãe que ele guardara em sua memória para forjar seu caráter, outro ponto a ser destacado é a perseverança de Luiz Gama. Este, que de escravo conquistou a liberdade, aprendeu a ler e tornou-se advogado autodidata enfrentando o racismo de seus pares, posto ter sido rechaçado na faculdade de Direito do Largo São Francisco devido à sua condição de negro (COMPARATO, 2009, p.9). Outra faceta da trajetória deste herói negro diz respeito também ao fato Del não ter-se curvado às instituições e aos ditames da ordem escravista, mesmo perseguido e com constantes ameaças, inclusive de morte, como mostra um trecho de sua carta ao filho, em 1870:

Meu filho, dize a tua mãe que a ela cabe o rigoroso dever de conservar-se honesta e honrada; que não se atemorize da extrema pobreza que lego-lhe, porque a miséria é o mais brilhante apanágio da virtude. (...) Sê cristão e filósofo; crê unicamente na autoridade da razão, e não te alies a seita alguma religiosa. Deus revela-se tão somente na razão do homem, não existe em igreja alguma do mundo. (...) Lembra-te que escrevi estas linhas em momento supremo, sob a ameaça de assassinato. Tem compaixão de teus

<sup>1</sup> Dados obtidos com o Ministério do Trabalho e a Fundação Cultural Palmares. Acesso em 20 de junho de 2012 em: <http://www.palmares.gov.br/2011/10/oit-divulga-dados-do-trabalho-escravo-rural-no-brasil/>

<sup>2</sup> Dados provenientes de órgãos do governo federal compartilhados pela Secretaria da Promoção da Igualdade racial do Distrito Federal. Acesso, 21 junho de 2012 em: <http://sepir-gdf.blogspot.com.br/2012/01/cor-dos-homicidios.html>

inimigos, como eu compadeço-me da sorte dos meus. Teu pai, Luiz Gama (Trecho da Carta de Luiz Gama ao filho Benedito Graccho, 1870).

Um homem que permaneceu analfabeto até os dezessete anos, com todos os elementos para manter uma atitude de ódio perante a vida pelas perdas da mãe, da liberdade e do contato com a terra natal, conseguiu esquivar-se dos infortúnios pessoais e, ainda, enfrentar com brilhantismo as tramoias jurídicas de um sistema penal marcado pela dubiedade e a impunidade quanto aos crimes cometidos contra a dignidade humana dos escravizados e os descendentes de africanos em geral. Fábio Konder Comparato (2009) discute esta dubiedade e favorecimento à violência étnico-racial ao citar a constituição de 1824 que “abolía os açoites, a tortura, as marcas de ferro e todas as demais penas cruéis”, lei em contraste com a realidade cotidiana em que os escravizados foram marcados com ferro em brasa e açoitados regularmente até as vésperas da abolição. Em meio a este quadro de impunidade e confusão jurídica, em contato com as ameaças constantes, Luiz Gama soube atuar habilmente:

Diante deste quadro jurídico abominável, Luiz Gama soube atuar com dignidade e destreza. Adversário implacável da escravidão, condenando-a todo tempo e sem apelo, na imprensa e na tribuna livre, enquanto advogado sempre usou firmeza do direito oficial favorável à liberdade. Teve a argúcia – aquela acúmen de que falou Cícero – de interpretar estritamente os fatos legais em seus devidos termos, denunciando a impostura solene de doutores e magistrados, que defendiam o direito não oficial com argumentos de falsa erudição (COMPARATO, 2009, p. 10).

Um belo exemplo da capacidade e engenhosidade de Luiz Gama temos, quando de sua posição em relação ao Tráfico Negreiro. Nesta ação, atuou contra juriconsultos como o Conselheiro Nabuco de Araújo que, em congregação a outros tantos advogados eminentes do Império, procurava defender a escravidão ilegal de mais de um milhão de africanos e seus descendentes, desembarcados criminosamente (no mínimo diante das leis em vigor) por estes já saberem falar o português, pois na interpretação enviesada dos defensores do escravismo apenas os africanos boçais (que não sabiam falar o português), tinham direito à liberdade. Fábio Konder Comparato nos elucida mais este aspecto do legado de Luiz Gama:

Contra essa interpretação supinamente tendenciosa, Gama lembrou o “princípio invariável do direito”, a “regra impreterível da hermenêutica” de que “as leis novas, quando são consecutivas e curam de fatos anteriormente previstos, interpretam-se doutrinariamente por disposições semelhantes consagradas nas leis antigas. Sublinhou mais, que o legislador de 1831 não podia revogar o alvará de 1818, dado que ele fora editado em cumprimento de um tratado celebrado entre Portugal e a Inglaterra, e que os tratados, enquanto vigoram, por tácita convenção, constituem leis para o mundo civilizado” (COMPARATO, 2009, p. 11).

As considerações e documentos que Comparato (2009) trás a luz, de forma incisiva e esmerada, dizem respeito a homenagem do *Instituto dos Advogados do Brasil* feita a este herói abolicionista negro com a criação da *Medalha Luiz Gonzaga Pinto da Gama*, figura evocada pela entidade brasileira como exemplo de uma postura nobre diante do fazer jurídico e do Direito enquanto ofício de defesa do bem comum.

Esta situação em que nosso personagem em estudo é colocada, a um só tempo, contrasta e afronta os defensores da desigualdade étnico-racial e do racismo no Brasil. O contraste se evidencia pela vitória que representa o reconhecimento da trajetória deste herói afro-brasileiro por uma instituição e por um jurista de tamanha grandeza. Neste caminho o

Instituto dos Advogados do Brasil reitera a importância de reconstruirmos uma memória nacional pautada no respeito a diversidade étnico-racial e no combate ao racismo, ao mesmo tempo afronta a lógica racista presente em nossa sociedade marcada pela busca de desqualificar e/ou desconsiderar a existência de uma relevante papel dos povos afrodescendentes na civilização da sociedade brasileira.

Desta forma,enfrentar tanto os agentes do estado nacional quanto aqueles incrustados em instituições privadas que, a luz do racismo e dos princípios eurocêntricos, querem impor uma cultura europeizada dos grupos hegemônicos como princípio de superioridade e direito a uma dominação simbólica, sob um padrão de moralidade e costumes europeus. Da maneira análoga, também combatem o processo de branqueamento da história, da educação e dos costumes do país, que atingem de forma violenta, principalmente as populações negras, devido à perseguição e à estigmatização de suas formas de vida e de todo seu patrimônio cultural, relegando suas memórias ao espaço do menosprezo e do esquecimento (LUZ, 1996).

Diante desta breve avaliação, podemos colocar que a reflexão e a apreciação da trajetória de homens e mulheres de origem africana no Brasil favorece a construção de um conjunto conceitual que dê conta não somente da complexidade que é inerente a qualquer sistema social. Estas operações de reconstrução da história dos negros e negras favorece, sobretudo a constituição de uma tessitura teórico-metodológica capaz de dar conta da ambiguidade das relações de poder no Brasil e, particularmente, do aspecto ambíguo presente no contexto étnico-racial de nossa sociedade.

### **3- A luta antirracista de Luiz Gama e seus significados na atualidade**

O abolicionista, jornalista, advogado e poeta que possuía por pseudônimo mais conhecido a alcunha de Getulino vivenciou de forma cruenta a experiência da condição escrava. Esteve livre na primeira infância, feito escravizado pelo pai aos dez anos e, posteriormente conquistando novamente a liberdade por meio de muita luta e engenhosidade. Devido a esta trajetória sinuosa, conheceu as posições daqueles que, na época, defendiam o sistema escravista e todo seu arcabouço legal, todavia também presenciou e corporificou a resistência a essas leis que tinham maior suporte por aqueles que delas extraíam seus privilégios, os senhores escravistas. No plano prático, Luiz Gama teve sua vida marcada pela defesa das leis que limitavam, mesmo no sistema escravista, sobretudo a partir de 1830, as possibilidades de manutenção de um ser humano na condição de escravizado. Luiz Gama defendeu aqueles que via como seus irmãos, com os quais ele constituía a maior parte de suas referências identitárias, nos júris e nos movimentos de libertação. No plano emocional e poético expôs, de forma aguda, os valores de sua africanidade, bem como denunciou e satirizou as mazelas dos setores vistos como brancos, às vezes sarcasticamente.

Trazemos aqui alguns fragmentos de sua poesia como meio de rememoração no sentido de valorização e reflexão deste sujeito com uma identidade forjada no entremeio de dois universos culturais, o das elites letradas e aquele dos povos marginalizados e explorados antes escravizados, atualmente em contato estreito com a lógica racista e com a mercantilização da vida em que se encontra a população brasileira.

No Brasil, após a abolição, ao longo de todo século XX até a atualidade, as populações negras precisaram agir para superar a condição de cidadania de segunda e de terceira classe à qual foi relegada. A promoção da imigração em massa de europeus desde as últimas décadas do século XIX mantida até meados da década de 1940 fazem parte de um amplo conjunto de políticas públicas e ações privadas que o Estado brasileiro e outros setores organizaram para manter a exclusão racista e a conseqüente desigualdade étnico-racial. Esta desigualdade



permanente a emoldurar nosso quadro social até este século XXI, porém no século XIX, Luiz Gama já a combatia. Combate que nos versos a seguir volta-se contra a postura dos setores intelectuais, por este líder negro rechaçada, por aqueles se curvarem aos ditames da ordem na certeza de amealhar privilégios ofertados pelos grupos dominantes:

Se ardente campeão da liberdade, apregoa dos povos a igualdade./ *Libelos* escrevendo formidáveis, Com frases de peçonha impenetráveis;/ Já do Céu perscrutando alta eminência/ Abandona os troféus da inteligência;/ Ao som d'aragem se curva, qual vilão,/O nome vende, a glória, a posição:/ É que o sábio, no Brasil, só quer lambança, Onde possa empantufar a larga pança! (GAMA, 1859)

A poesia de Luiz Gama é um dos instrumentos de luta deste legislador e militante abolicionista e antirracista do Império. Estes versos compostos pela ação de denúncia, politização social e desqualificação da hierarquia opressora e da hipocrisia racista dos “homens de grande tom”, os grupos hegemônicos, da sociedade imperial. A produção literária de Luiz Gama foi colocada em prática para combater a ordem escravista com todos seus males. Uma destas formas era expor as origens africanas dos setores abastados em contradição com suas ações de reforço a marginalização de muitos de seus antepassados:

Se os nobres desta terra, empanturrados,/ Em Guiné têm parentes enterrados;/ E, cedendo à prosápia, ou duros vícios,/ Esquecendo os negrinhos seus patrícios;/ Se mulatos de cor esbranquiçada,/ Já se julgam de origem refinada,/ E curvos à mania que domina,/Desprezam a vovó que é preta-mina: / Não te espantes, ó Leitor, da novidade,/ Pois tudo no Brasil é raridade (GAMA, 1859)!

Muitos daqueles apresentados atualmente nos livros de história e outros meios de construção do saber como abolicionistas que se colocavam contra o Império com o argumento daquele sistema político ser mantenedor da ordem escravista, tornaram-se artífices dos mecanismos legais e outros mecanismos de reforço da desigualdade sócio-étnico-racial no sistema republicano. As políticas públicas racistas, como criminalização e a perseguição das populações negras e a promoção da imigração em massa de europeus com o objetivo de “branquear a sociedade” e a cultura brasileira, somaram-se à exclusão dos afro-brasileiros do mercado de trabalho e a criminalização das expressões culturais e dos próprios sujeitos afrodescendentes. A reorganização da exclusão na nova conjuntura de trabalho livre e sob os direitos republicanos que deveriam ser para todos, foi articulada pelos mesmos setores elitistas antes combatidos no Império pelos abolicionistas. Muitos destes, os “doutores”, foram formuladores dos princípios racistas presentes na primeira constituição republicana, no século XIX Luiz Gama, em seu livro *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino*, de 1859, assim colocava-se a respeito destes:

Mas eu sempre vigiando/Nessa súcia vou malhando/De tratante, bem ou mal,/Com semblante festival./Dou de rijo no pedante/De pílulas fabricante,/Que blasona arte divina,/Com sulfatos de quinina./  
Trabuzanas, xaropadas,/E mil outras patacoadas,/Que, sem pingo de rubor,/Diz a todos, que é DOUTOR!/Não tolero o magistrado,/Que do brio descuidado,/Vende a lei, trai a justiça,/Faz a todos injustiça –/  
Com rigor deprime o pobre/Presta abrigo ao rico, ao nobre (GAMA, 1859).

Pelas formas características de inserção das culturas negras na dinâmica social brasileira, poderíamos caracterizar as memórias destas populações como memórias

subterrâneas? Segundo Pollack (1989, p.4), memórias subterrâneas são “memórias de culturas minoritárias e dominadas”. Assim, as culturas negras no Brasil, embora político-economicamente subalternizadas, não podem ser definidas apenas como culturas minoritárias e dominadas, já que, por meio de sua força simbólica, estas culturas marcaram profundamente quase todos os aspectos da realidade sociocultural brasileira.

Neste sentido, a capoeira, o samba, o carnaval, as manifestações religiosas negras, os bailes e tantas outras formas de expressão, constituem-se como esteio para o estabelecimento de uma outra forma de memória. Diríamos serem formas culturais a expressar uma memória sedutora, adentrando, ocupando espaços públicos, muitas vezes interditados, e deles se apropriando simbolicamente, num jogo de aparências, de espetáculo e de sedução, tendo como recurso sua plasticidade simbólica, realizando-se assim seu caráter de subversão, tanto naquilo que silenciam quanto no que se torna explícito em suas festas, danças e outras tantas manifestações.

Enquanto memórias subterrâneas esperam as conjunturas político-sociais oportunas para ocupar o espaço público, entretanto, enquanto memórias sedutoras assimilam características da cultura hegemônica, reinventando suas manifestações. Este caráter subversivo e essa capacidade de reinvenção que encontramos na trajetória de Luiz Gama como abolicionista. Capacidades tão denotadas em seus textos no enfrentamento da lógica racista imperial e dos “senhores” que desta lógica eram representantes e sobre as costas do povo negro se punham a “galgar altas posições”:

Eis aqui o *Getulino*/ Que no plectro anda mofino./ Sei que é louco e que é pateta /Quem se mete a ser poeta;/Que no século das luzes,/Os birbantes mais lapuzes,/Compram negros e comendas,/Têm brasões, não – das *Calendas*,E, com tretas e com furtos/Vão subindo a passos curtos;/Fazem grossa pepineira,/Só pela *arte do Vieira*<sup>66</sup>,/E com jeito e proteções,/ Galgam altas posições! (GAMA, 1859).

A superação das adversidades ao longo da vida de Luiz Gama foi possibilitada por sua inventividade, aliada a muita persistência e coragem. Todos estes aspectos, somados a capacidade criativa direcionada por um sentido de comunidade, na direção de um nós sobreposto ao eu, na definição dos referenciais e das ações a serem realizadas foram e ainda são princípios de força para as populações negras no Brasil, no continente africano e em toda diáspora negra.

Desta maneira, os descendentes de africanos neste nosso país, construíram espaços reinventados para se expressarem, em meio aos espaços demarcados sob os signos de exclusividade de uso pelos grupos hegemônicos. É justamente aí que se encontra a engenhosidade das culturas negras no Brasil, que com seus maracatus, sambas, festas de santo e tantas outras expressões que remontam aos tempos coloniais foram recriando (reconstituindo) sua cultura, persistindo à repressão dos grupos hegemônicos e “mantendo” vivas as suas memórias em nosso país.

Portanto, refletir sobre a trajetória de vida de Luiz Gama e de outros/as negros/as, significa pensar na superação dos limites societários de uma sociedade que coloca no espaço do banimento e da discriminação, sob o signo da incapacidade e da incompetência os “diferentes” sociais aqueles considerados fora dos padrões autoritários da lógica racista que sustenta uma ordem sociocultural e política excludente e desigual. Reconstruir a memória dos afro-brasileiros é afirmar a existência e a importância social de outras lógicas geradas pela força do patrimônio histórico-cultural de povos cujos referenciais identitários e a construção das diferenças situam-se a partir de valores pautados na comunidade e na consideração do valor dos demais grupos humanos como partícipes da diversidade humana. Portanto, como

igualmente importantes para a manutenção da vida e de sociabilidades saudáveis e não como aqueles a serem subalternizados por uma organização social que se pretende única.

A reconstrução da história e a valorização do patrimônio afro-brasileiro fortalece a ação antirracista, pois oferece maiores possibilidades para a população em geral construir seus referenciais identitários e seu imaginário social de forma a respeitar a alteridade com a desconstrução dos estereótipos oficiais e com a qualificação e o respeito às diversas formas de existência humana.

## Referências

BRITES DA SILVA, Olga. Memória, preservação e tradições populares. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da (Org). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.17-20.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COMPARATO, Fábio Konder. Luiz Gama, Advogado Emérito. **Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros**, Rio de Janeiro, nº 97, 2009.

GAMA, Luís. **Primeiras Trovas Burlescas de Getulino**. São Paulo: Tipografia Dois de Dezembro, 1859.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LOPES, Ademil. **Além da Memória: Vila Xavier diálogo entre os diferentes elementos de sociabilidade**. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC, 2002.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

LUZ, Narcimária. Correia do Patrocínio. Pawodà: Dinâmica e extensão do conceito de educação pluricultural. In: **Pluralidade cultural e Educação**, Salvador, Secretaria da Educação/ Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil-SECNEB, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1983.

\_\_\_\_\_. **O terreiro e a cidade: a formação social negro brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SOUZA, Sérgio Luiz de. **(Re)vivências negras**: entre batuques, bailados e devoções-práticas culturais e territórios negros no interior paulista (1910-1950), Ribeirão Preto-SP: Edição do Autor, 2007.

\_\_\_\_\_. Sérgio Luiz de. **Fluxos da Alteridade**: Organizações Negras e Processos Indentitários no Nordeste Paulista e Triângulo Mineiro (1930 – 1990). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Araraquara. 2010. 450 páginas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2010.